

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

-----No dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas 18.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, na Central das Artes, em sessão ordinária, com início pelas 18:00 horas, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Intervenção aberta ao público, nos termos do nº 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento) -----

-----2. Falecimento do Comendador Artur da Silva Meneses - Proposta de Voto de Pesar; (Apreciação, discussão e votação);-----

-----3. Falecimento do Senhor Jorge Manuel Rosa Filipe - Proposta de Voto de Pesar; (Apreciação, discussão e votação); -----

-----4. Falecimento do Senhor Manuel Donato dos Santos Ferreira – Proposta de Voto de Pesar; (Apreciação, discussão e votação);-----

-----5. 2ª Revisão aos documentos previsionais 2025_2029 (apreciação, discussão e votação); ---

-----6. 1ª Alteração ao mapa de pessoal do Município do ano de 2025 (apreciação, discussão e votação); -----

-----7. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2025 e seguintes (Para conhecimento);-----

-----8. Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação); -----

-----9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, António José Jesus Ferreira, Primeiro Secretário, e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luis Manuel Coelho Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD, Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Dep. Não Inscrita), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Liliana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Luis António Gomes da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima, Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferraria, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Sandra Maria da Silva Martins (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Rui Fernando Correia Marto, Paulo Jorge Nobre Pereira e Sofia Margarida Amado Pereira bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro (PSD) que foi substituída por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), e Pedro Lavado Gomes Vieira (PS).-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Presidiu à sessão, nas faltas e impedimentos da senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, António José Jesus Ferreira, conforme o disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na atual redação.-----

-----Às dezoito horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em funções, declarou aberta a sessão.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, em funções, começou por cumprimentar todos os presentes na sessão desta Assembleia Municipal, chamando para completar a Mesa da Assembleia, a deputada Dulce Maria Amado Custódio (PSD), que ocupou o lugar de 2º Secretário. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir, tendo-se inscrito os senhores Telmo Conceição e Liliانا Pereira e Jorge Gomes. -----

-----**Telmo Conceição:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual a situação do Museu Municipal e das peças que ali estavam acomodadas.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria usar da palavra na qualidade de público, apesar de ser deputada municipal. Passou depois a questionar o senhor Presidente da Câmara sobre se tem conhecimento da quantidade de alunos que frequentarão no próximo ano letivo a Escola Secundária de Porto de Mós, se as salas existentes serão suficientes e se não será o caso de se arranjam contentores para se poderem acolher esses alunos, conforme alguns docentes veem referindo.-----

-----**Jorge Gomes:**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes passou referir a questão do Torneio da Vila, referindo-se aos bares do torneio.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, que depois de cumprimentar todos os presentes, respondeu a Telmo Conceição, dizendo que a Câmara tem vindo, nos últimos dois anos, a fazer um trabalho exaustivo de reabilitação e recuperação de inúmeras peças que estavam, ou mal acondicionadas ou num elevado estado de degradação. Neste momento já está em curso uma exposição itinerante nas Juntas de Freguesia. As reservas do Museu vão ser visitáveis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dentro de pouco tempo e continuarão a ser tratadas, no sentido na sua manutenção e preservação, dignificando assim este espólio. Neste momento estão a ser tratadas como nunca o foram, estando acomodadas num espaço que foi construído para o efeito. Sobre a questão que foi colocada por Liliana Pereira, disse que ainda não tem conhecimento da quantidade de alunos que irão frequentar a Escola Secundária de Porto de Mós, porque as inscrições ainda não terminaram. Este é um processo que foi trabalhado com o Agrupamento de Escolas, também com a DGEstE e foi no sentido de se apurar aquilo de que havia necessidade que foi feita uma candidatura, financiada a 100% pelo PRR, em que o Município aqui funciona como “barriga de aluguer”. A obra é da responsabilidade do Município, comprometida pelo Ministério da Educação, e financiada a 100% pelo PRR, com regras muito próprias e muito apertadas. Disse ainda que o que conhece é um plano de obra que ficou definido, de utilização sistemática de contentores para ir renovando as diversas intervenções, que vão sendo feitas nos pavilhões. Esta é uma questão que se prende com uma organização interna, e a informação que recebeu é que a DGEstE não autoriza que se coloquem ali mais contentores, sendo que a Câmara não tem nada a ver com isso e o Agrupamento tem capacidade para ali os colocar, desde que a DGEstE autorize. Esta é uma questão que ultrapassa o Município. E ultrapassa também os docentes, a preocupação com os transportes e com a logística. A única coisa que habitualmente existe, é colocarem na Câmara Municipal a responsabilidade dos transportes e a Câmara tem tido a responsabilidade de os resolver. E tem resolvido. Se houver necessidade de qualquer outra situação, a Câmara, terá condições, em conjunto com a Comunidade Intermunicipal, de resolver o problema dos transportes. Sobre a eventualidade de utilização, quer da Escola Manuel Oliveira Perpetua, quer a Escola Secundária de Mira de Aire, porque a outra solução nunca foi solução, porque a única coisa que o Instituto Educativo do Juncal tem feito, é pedir uma turma do décimo ano, o que é uma coisa diferente – é uma escola que pede em contrato de associação uma turma do decimo ano, e mais uma turma do quinto ano. Se os pais estão preocupado, os pais, devem falar, depois de terminarem as inscrições e depois de saberem quantos alunos existem e depois de saberem se em Mira de Aire vai ou não abrir uma turma de décimo ano. Se eventualmente houver condições em Mira de Aire, garante que o transporte e a logística não será condicionante. E aqui, é a única coisa que garante. Sobre a questão do Torneio da Vila, abordado por Jorge Gomes, disse ter registado a questão colocada, mas dado que o próximo, terá lugar no ano que vem, tal terá que ser analisado pelo próximo executivo. -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior**:-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em funções, colocou a votação a **ata nº 2 de 2025**, realizada em vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, perguntando se alguém queria fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Não havendo qualquer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reparo, o senhor Presidente, pôs a votação a Ata nº 2 de 2025, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:-----

-----Artur Jorge Cordeiro Louceiro – Presidente da Junta de Freguesia de Juncal (PS):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria começar por dar os parabéns ao executivo municipal, pela inauguração do saneamento da Cumeira, Albergaria Moitalina e Cruz da Légua, e também pelos prémios e louvores de excelência, recentemente atribuídos ao Município. Deu também os parabéns à Junta de Freguesia de S. Bento pela criação da marca "S. Bento". Agradeceu ainda a pintura das passadeiras na Vila do Juncal, assunto que tem trazido aqui recorrentemente. Passou depois a referir ainda a questão do saneamento na Rua do Poceirão, que tendo as infraestruturas concluídas, faltam ainda as ligações. Falou ainda da Rua da Baiona, sita em Cumeira de Cima, que tem dado alguns problemas ao nível da circulação automóvel com a ocorrência de graves acidentes, sugerindo que se sinalizasse a rua apenas com acesso aos moradores.-----

-----Carlos Manuel Amado Cordeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso (PSD):-----

-----Cumprimentando todos os presentes, passou depois a referir que quando aqui chegou viu as bicicletas Bimós, disponíveis, mas que tendo consultado o *site* do Município, não encontrou informação sobre o tipo de seguro das mesmas. Referiu-se depois aos plásticos com publicidade das festas nos lugares do concelho, que são colocados nos postes, e que sendo menos, ainda existem. Deixou a sugestão ao senhor Presidente da Câmara para falar com os padres e com os juizes das festas, para que estes alertem para a sua retirada. Terminando disse que as Juntas de Freguesia receberam um *mail* para procederem ao levantamento das bandeiras de Eco-Freguesia, que lhes foram atribuídas. Pediu depois ao senhor Presidente da Câmara para que disponibilizasse um autocarro para que todos os Presidentes de Junta fossem a Torres Vedras buscar essas bandeiras. Terminando, deu os parabéns ao Município por todos os prémios que lhe têm vindo a ser atribuídos.-----

-----Luís Miguel Louro Ferraria – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que com muita pena sua, o município não se fez representar na festa da escola, em S. Bento, dizendo que devia haver mais consideração pela sua freguesia. Por outro lado, referiu que a equipa que coloca o alcatrão, também não tem ido a S. Bento. Sobre a estrada de S. Bento, disse que do cruzamento de Telhados Grandes, para a Serra de Santo António, o troço que está pior, é até a extrema da freguesia da Serra de António. Finalmente agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal o cumprimento que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este lhe teceu, pela criação da marca "Somos S. Bento".-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire - (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o assunto que aqui o trás, é recorrente e tem a ver com o estado da Saúde em Mira de Aire, pois a médica que ali prestava serviço foi embora, questionando o senhor Presidente da Câmara sobre se tem mais alguma informação que possa dar aos fregueses de Mira de Aire. De depois os parabéns à Câmara Municipal pelos prémios que tem vindo a alcançar, e que com certeza é fruto do bom trabalho que está a ser feito.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que lhe queria dar os parabéns pela estrada de Vale d'Água à Moitalina. Disse ainda que na última sessão desta Assembleia, referiu que só daria os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, pela execução do saneamento básico da Cruz da Léguas, Moitalina e outros lugares, quando o mesmo estivesse ligado. Como a engenheira responsável pela obra lhe disse que isso já estava resolvido, deu então os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, pela obra referida. Passou depois a dizer que já falou aqui variadas vezes sobre a situação das rotundas no Juncal, que estavam sem luz. A empresa que foi contratada, apenas arranjou a rotunda dos Bombeiros, tendo ficado a rotunda da Cesta, na mesma, sem luz, situação que não compreende. Continuando, disse que há quatro anos a Câmara comprou um terreno para fazer um parque, tendo esse terreno sido limpo há pouco, porque havia muita erva, tendo a mesma até sido enfardada. Depois voltou a falar sobre a situação do pavilhão desportivo do Juncal, que a nível das instalações está péssimo. Tem mais de quatrocentos atletas e devia ser nesta altura que o mesmo devia ser intervencionado e não quando os atletas regressem aos treinos.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que como se estava na época de S. Pedro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal foi benevolente, tendo deixado intervir a senhora deputada Liliana Pereira na qualidade de público, tendo ainda tempo para exercer o seu direito de intervenção, como deputada municipal. Passou depois a felicitar a Câmara Municipal, pelo sucesso da semana da educação e reiterar a importância de a mesma continuar a ser itinerante, sendo acolhida pelas várias freguesias do concelho. Parabenizou também a Banda Recreativa Portomosense, que é a instituição mais antiga o concelho, tendo feito em maio, mais um aniversário. Seguidamente felicitou também os Bombeiros, por mais um aniversário, pois, como todos reconhecem, são uma instituição muito necessária para as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

populações e seus bens, sendo o braço armado da proteção civil no concelho. Passou depois a falar sobre o saneamento básico da Cumeira, Cruz da Léguas, Moitalina e Albergaria, dizendo que a nota informativa reza que está concluído. Para si, é muito importante esta palavra, pois durante muitos anos, esta foi uma promessa de todos os partidos em anos de eleições autárquicas. Durante os doze anos em que o concelho foi gerido pelo Partido Socialista, sempre questionou o senhor Presidente da Câmara da altura, sobre esta questão, sendo que a resposta era invariavelmente, que essa era uma obra tecnicamente impossível, ou então, que esse era um esforço financeiro muito elevado para a Câmara e que não era exequível. De promessa em promessa, a obra foi concluída, tendo sido inaugurada recentemente, com a dignidade que merece a inauguração de uma obra de cerca de quatro milhões de euros, que fica enterrada no chão e que a partir de agora, já ninguém se vai lembrar mais disso. Os principais beneficiários de uma obra de saneamento, seja ela qual for, são as pessoas, as empresas e todos nós, porque o saneamento contribui para o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade. Desta forma, foi dado um passo gigante nesta área. Esta obra só foi possível graças a algumas características do senhor Presidente da Câmara, entre elas a coragem, resiliência e inteligência, a determinação e a visão, pois trata-se de uma candidatura a fundos comunitários que só é possível porque há estudos e projetos. Toda a população do concelho fica a ganhar com a concretização daquele projeto, considerando ser esta a obra deste mandato. Referiu depois que o prémio de autarquia de excelência, que o Município recebeu é o resultado e um trabalho contínuo e profícuo que tem vindo a ser desenvolvido ao longo destes anos e não de um facto isolado, e por isso, parabéns ao senhor Presidente. -----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que muito já se falou sobre o saneamento da Cumeira e outros lugares, mas como Cumeirense e como Juncalense, não poderia deixar passar esta oportunidade para deixar uma palavra de bem-haja e de agradecimento ao senhor Presidente da Câmara, porque foi ele que há quatro anos sensivelmente, pôs um *outdoor* na Cruz da Léguas a publicitar esta obra e muita gente que ali passava, dizia que isso era impossível de ser feito. Esta semana teve o orgulho de estar presente na inauguração daquela obra. Perguntou depois, qual o valor final da obra que foi inaugurada esta semana, e quanto é que o Município ainda está a dever ao empreiteiro. Aproveitou para se solidarizar com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, relativamente à proposta que este apresentou sobre a Rua da Baiona.-----

-----**Filipe da Conceição Batista – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - (JFAS):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que tem aqui cinco pontos que gostaria de abordar embora sejam recorrentes nas suas intervenções. O primeiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem a ver com um plano de manutenção para a Estrada Romana, que continua a estar muito desleixada. No fim-de-semana passado dois eventos se realizaram e os populares durante a sexta-feira e sábado de manhã, tiveram que limpar a Estrada Romana, pelo que esta situação tem de ser repensada. Referiu-se depois ao edifício da Estrada Romana achando que seria justo regularizar esta situação. Disse ainda que as Juntas de Freguesia se vêem confrontadas com o depósito de lixo e detritos de toda a espécie. Apesar de algumas queixas que dão entrada nas autoridades, nomeadamente no Município, vêem-se as mesmas pessoas a cometer os mesmos crimes, apelando a que a Câmara Municipal possa exercer a sua autoridade e influência na resolução destes problemas. Referiu-se depois à questão dos maus cheiros na zona do Covão que ainda não foi possível resolver. Outro apontamento que deixou, tem a ver com as escolas, lembrando que em Alqueidão da Serra ainda há três salas disponíveis, sendo importante que elas pudessem ser ocupadas, porque as terras precisam das escolas abertas. Finalizando, disse ao senhor Presidente da Câmara que está a terminar a sua parte da promessa que fez, que está a terminar a sua parte da eco via, estando esta terminada no final da próxima semana e perguntando se aquele consegue fazer a sua parte. Agradeceu a ARU em Alqueidão da Serra pedindo que a Câmara fizesse uma pequena brochura a explicar à população os benefícios que daí podem advir. Por fim referiu-se aos cuidados médicos na sua freguesia dizendo que foram retirados muito equipamentos do Centro de Saúde, não acreditando que volte a abrir.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra para se referir ao saneamento da Cruz da Léguas e outros lugares, dizendo que se trata de um grande investimento e é uma obra que durante muito tempo será elogiada pela população, e que só peca por tardia. Disse depois que pediu a palavra para reforçar o que a deputada Olga Silvestre disse acerca da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós e do seu septuagésimo quinto aniversário e dos duzentos e dezassete anos da Banda Recreativa Portomosense. A Associação Humanitária dos Bombeiros de Porto de Mós, foi fundada em 1950, tendo, nestes últimos setenta e cinco anos, feito um trabalho absolutamente notável. Assim, disse que queria propor aqui um voto de louvor à Associação Humanitária, por todo o trabalho desenvolvido ao longo destes setenta e cinco anos, e também fazer uma referência ao atual Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós, que coincidentemente é hoje o Presidente desta Assembleia Municipal, em exercício, e dar-lhe os parabéns pelo trabalho que tem feito, não só na gestão da Instituição que é sempre uma casa complicada de gerir, e que durante os seus mandatos tem havido paz social e concórdia, tendo vindo a presta um serviço notável à comunidade. Aos Bombeiros, à Direção, ao Presidente em exercício, disse querer propor um voto de louvor. Em relação à Banda Filarmónica Portomosense, a terceira mais antiga do País, lamenta que não tenha uma sede condigna, à altura de uma instituição com tamanha grandeza e longevidade. Também para a Banda, pelo serviço que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prestado à comunidade portomosense e ao concelho, propôs igualmente um voto de louvor.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo, relativamente à questão da rua da Baiona que é uma situação que tem que ser estudada, não tendo sido equacionada a solução que aqui foi proposta mas que poderá ser a solução. Sobre a questão que foi referida, dos prémios recebidos pelo Município, disse que foram recebidos sete prémios de excelência autárquica. Na categoria de Educação – projeto educativo municipal “Agricultura Sustentável – Vamos pôr as mãos na terra” e “Bolsas de Estudo do Município de Porto de Mós”. Na categoria Juventude, o projeto “Jovem Autarca” e “Férias Pro”. Na categoria Ação Social, o projeto “SeniorMós”. Na categoria de Turismo, a “Rede de trilhos e espaços de visitaçao do concelho de Porto de Mós”. Ainda na categoria de Desporto, o projeto “Tok’andar”. Foi ainda recebido o reconhecimento de Município Amigo do Desporto. Isto diz respeito os prémios de excelência autárquica. Foi ainda recebido o prémio de Boas Práticas no âmbito da Juventude, com o projeto Jovem Autarca. Acrescentou ainda que hoje mesmo, recebeu a informação dos prémios nacionais de educação, menção honrosa na categoria Ambiente e Sustentabilidade, com o projeto “ Agricultura Sustentável – Vamos pôr as Mãos na Terra”, e na categoria Cidadania, também a menção honrosa com o projeto “Jovem Autarca”. Deu os parabéns à senhora Vereadora pelos dois projetos que já haviam sido reconhecidos com o prémio “Excelência Autárquica” e agora, nos prémios nacionais de Educação. Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, sobre o projeto Bike Mós, disse que existe um seguro de responsabilidade civil para terceiros. O seguro de acidentes pessoal é da responsabilidade dos utilizadores e faz parte das nomas de utilização. Sobre a questão da bandeira da Eco Freguesia, disse que este é um projeto que foi trabalhado em conjunto com os dez Presidentes de Junta. A freguesia de Serro Ventoso, o ano passado, abraçou este projeto e recebeu a bandeira. Este ano, o Município foi parceiro das Freguesias, tendo colaborado nas candidaturas e pensa que se receberão as Bandeiras em breve, em Torres Vedras. Se houver disponibilidade, poder-se-á levar o novo autocarro, que foi hoje entregue, no âmbito de uma candidatura que foi feita pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, totalmente pago pelo PRR e pelo Fundo Ambiental, e no âmbito deste projeto nacional de mobilidade suave e sustentável. É um autocarro elétrico, com autonomia e que reúne condições para poder levar os senhores Presidentes de Junta a Torres Vedras, momento que considera muito importante. Sobre a festa da Escola de S. Bento, disse que não foi convidado para o efeito e nem sequer tinha conhecimento. Sobre a questão da equipa do alcatrão, disse que tem estado, dentro do possível, a cumprir. Nestas ultimas semanas não tem sido possível porque as equipas têm estado alocadas à organização das Festas. Sobre a questão da estada de S. Bento, disse que foi elaborado projeto e caderno de encargos, foi lançado concurso público, a obra foi adjudicada e foi contratualizada. A Junta de Freguesia foi informada de que a obra iria começar e nessa altura o senhor Presidente de Junta referiu que iria colocar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

máquinas para alterar uma rotunda. Entretanto, pediu-lhe para reunir com ele em S. Bento, no terreno, tendo-lhe chamado a atenção para alargar a estrada que liga Telhados Grandes ao cruzamento de Penedos Belos para a Serra de Santo António. O que lhe disse na altura, foi que esses trabalhos não estavam ali incluídos, não fazia parte da empreitada, nem do projeto inicial, e que era impensável fazer agora essas alterações ao caderno de encargos e que numa segunda empreitada seriam feitos esses trabalhos. As obras de alargamento da responsabilidade da Junta de Freguesia não estavam feitas e só depois a Câmara poderia concretizar essa pavimentação, que não lhe garantiu que fosse este ano. Disse-lhe ainda que tinha um compromisso com a população de Penedos Belos, de pavimentar a estrada desde o Cruzamento da Serra de Santo António até aos Penedos Belos, e nessa altura aproveitar-se-ia para se fazer essa pavimentação. E é isso que vai ser feito. Sobre a questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, disse que desde a última sessão desta Assembleia, já reuniu três vezes com a ULS de Leiria. Essa é uma situação que lhes causa muito transtorno dado que a população da freguesia se encontra impedida de ter acesso a médico de família, que estava minimamente salvaguardada pelo projeto Bata Branca. Quando soube que a médica ia sair, informou a ULS, que se encontrava disponível para continuar com o projeto Bata Branca, assim se encontrasse médico para resolver a situação. Por via da queda do Governo os projetos ficaram parados e também o processo da criação de USF's, modelo C, também parou. Neste momento, recomeçou, conforme informação do Presidente da ULS de Leiria aguardando-se desenvolvimentos. Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado Joaquim Santiago, disse que a estrada de Vale d'Água sempre esteve definida para ser concretizada. Disse depois que registou o facto de ter dado os parabéns ao Presidente da Câmara, numa Assembleia Municipal, duas vezes, o que não é vulgar. Sobre a questão da rotunda da Cesta, disse que esta está a funcionar, mas se calhar tem é de averiguar quem é que lá vai desligar o quadro. Sobre a questão do parque de estacionamento, o projeto está a ser feito e logo que estiver concluído, será executado e o senhor deputado até o mesmo estar concluído, tem a legitimidade para dizer que não acredita e depois é mais uma razão para lhe dar os parabéns. Sobre o pavilhão do Juncal, e pavilhão de Porto de Mós, as empresas estão contratadas para entrarem em obra e fazerem a devida reabilitação. Sobre as questões colocadas pelos deputados Olga Silvestre e Júlio Vieira, no que diz respeito à Banda Recreativa Portomosense, disse que queria referir que a Banda Recreativa Portomosense os concertos no palco principal das Festas de S. Pedro, o ano passado com o FF e este ano com o Tim, dos Xutos e Pontapés, que diz bem, daquilo que é o pensamento do executivo, relativamente ao posicionamento que devemos ter com as entidades e instituições do concelho. A Banda Recreativa Portomosense, sendo uma Banda com 216 anos, das mais antigas do País, que não parou no tempo, sendo hoje, uma excelente escola de música, com muitos jovens, merece estar no palco principal e merece estar ao lado dos principais artistas deste país. Sobre o saneamento da Cumeira e outros lugares passou a referir o custo total da obra quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e seis euros e vinte e quatro cêntimos, estando este valor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

integralmente pago ao empreiteiro. Foi levantado o empréstimo de 3,5 milhões de euros, que provavelmente nos próximos dias será amortizado, porque soube hoje que foi aprovado um fundo de dois milhões duzentos e sessenta mil quinze euros e vinte e seis cêntimos. Hoje é um dia importante para o concelho. É uma candidatura que tinha na ITI da Região de Leiria cerca de duzentos e cinquenta mil euros, que foi reforçada e que, por força de muita insistência, e mais uma vez, de uma extraordinária equipa que faz as candidaturas, foi aprovada sem qualquer reparo. Este é um valor que vai para a amortização direta do empréstimo, abrindo assim portas para que outros financiamentos se possam fazer, para outras obras de saneamento, como aliás anunciou e que estão previstas com projetos já concluídos, como é o caso de Chão Pardo, Casais Garridos e Andaiño. Esta é uma obra complexa, porque para além do saneamento básico, vai ser feita a substituição de todas as condutas, fazer os passeios que faltam fazer e pavimentar integralmente em todos os locais em que houve intervenção. E ainda, lançar também o concurso para o saneamento básico de Casal da Fonte e Casal da Luísa, duas zonas que vão permitir, fechar praticamente, o saneamento básico na freguesia de Pedreiras. Disse ainda que se está a trabalhar com o Ministério do Ambiente, já tendo uma reunião marcada, para se analisar a situação de Mira de Aire. Sobre as questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, Filipe Batista, disse que a manutenção da Estrada Romana está assegurada pelos sapadores florestais, pese embora o facto de poder não ser do agrado do senhor Presidente da Junta e/ou da população. Sobre a questão do edifício da Estrada Romana, disse que a situação é muito complexa do ponto de vista da sua legalização. A Junta de Freguesia não tem a sua posse e a Câmara também não, estando entregue a uma Associação que vai gerindo, mas não há aqui uma propriedade definida. Sobre a questão dos despejos de que falou, disse que esta é uma situação também muito complexa, porque as autoridades precisam do flagrante para poderem incriminar, e isso nunca aconteceu. O que foi feito pela Câmara, foi comunicar às autoridades competentes um crime ambiental grave. Em referência à questão sobre os maus cheiros no Fundo do Lugar, disse que na passada semana teve uma reunião com as Águas Centro Litoral, tendo este tema sido abordado, estando a ser ponderada uma solução técnica diferente. Sobre as Escolas e a situação do Agrupamento, disse que que é bom que se compreenda que o Presidente da Câmara ou a Vereadora da Educação pouco podem fazer quando existem regras e regulamentos e condicionantes à vontade de cada uma das pessoas. Este executivo tem exatamente o mesmo pensamento sendo a favor da escola em meio rural, sempre que pedagogicamente seja possível. E é por isso que a escola do Tojal vai ser reaberta. Foram criadas condições para que os alunos que não tenham lugar no Centro Escolar de Porto de Mós, possam ir para o Alqueidão da Serra, Fonte do Oleiro ou Tojal, três escolas em meio rural que oferecem condições de excelência, porque tem sido feito um investimento muito significativo na requalificação e modernização destas escolas. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal em funções usou da palavra dizendo que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mesa aceitou a proposta do deputado Júlio Vieira, relativamente aos votos de louvor propostos às duas Associações referidas, colocando-os a votação individualmente. Assim foi colocado a votação a **proposta um voto de louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós, com a argumentação do proponente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e aclamação.** Seguidamente foi, nos mesmos termos, colocado a votação um **voto de louvor à Banda Recreativa Portomosense, tendo o mesmo sido, igualmente, aprovado por unanimidade e aclamação.**-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a informar não tem qualquer informação relevante, pelo que passaria à Ordem de Trabalhos.-----

-----2. Falecimento do Comendador Artur da Silva Meneses - Proposta de Voto de Pesar; 3. Falecimento do Senhor Jorge Manuel Rosa Filipe - Proposta de Voto de Pesar; 4. Falecimento do Senhor Manuel Donato dos Santos Ferreira – Proposta de Voto de Pesar;-----

-----O senhor Presidente da Assembleia em exercício, disse que as propostas constantes dos pontos 2., 3. e 4 da presente ordem de trabalhos, que abaixo se transcrevem, seriam lidas pela Secretária da Mesa, Dulce Custódio, sendo depois colocadas a votação separadamente.-----

-----“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EMPRESÁRIO ARTUR MENESES-----

-----“É com profundo pesar que o Executivo Municipal de Porto de Mós expressa o mais profundo pesar pelo falecimento do empresário Artur Meneses. -----

-----Presidente do conselho de administração do grupo internacional Mekkin, detentor das marcas Blocotelha, Cabopol e Poligreen, Artur Meneses iniciou o seu percurso empresarial em 1974 como sócio-gerente da Meneses & Filhos, Lda. Ao longo da sua carreira, fundou e liderou empresas de grande relevância, como a Blocotelha — atualmente com presença em Espanha, Marrocos, Argélia, Reino Unido e França —, a Cabopol, com unidades em Marrocos, México, Roménia e Sérvia, e a Poligreen. -----

-----Em 2010, foi distinguido com a Ordem de Comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial – Classe do Mérito Industrial, por iniciativa do então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, que reconheceu o seu notável espírito empreendedor.-----

-----Também o Município de Porto de Mós, em 2018, fez um justo reconhecimento ao Empresário e Comendador Artur Meneses, atribuindo-lhe o Prémio D. Fuas, Carreira, a maior distinção do Município aos Empresários do Concelho. -----

-----O seu legado permanecerá vivo, tendo a sua visão e dedicação transformado o grupo Mekkin num dos mais importantes Grupos Empresariais do concelho de Porto de Mós e da região, contribuindo de forma decisiva para a geração de emprego e para o crescimento das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exportações. -----

-----Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

----- a) Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Alves da Silva Meneses, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

-----b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, enviando este Voto de Pesar; ----

-----c) Remeter à próxima Assembleia Municipal este Voto de Pesar para sobre ele se pronunciar."-----

-----"VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO BOMBEIRO JORGE MANUEL ROSA FILIPE" -----

-----"É com profundo pesar que o Executivo Municipal de Porto de Mós expressa o mais profundo pesar pelo falecimento do Bombeiro Jorge Manuel Rosa Filipe. -----

-----Bombeiro da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Porto de Mós há mais de 40 anos simbolizou o expoente máximo do empenho e dedicação à causa pública, através do seu voluntariado ininterrupto ao longo de grande parte da sua vida. -----

-----A sua abnegada missão não deixa indiferente nenhum Portomosense, pelo que o Município pretende, desta forma, homenagear o seu compromisso. -----

-----Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

-----a) Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Manuel Rosa Filipe, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

-----b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, enviando este Voto de Pesar; ----

-----c) Remeter à próxima Assembleia Municipal este Voto de Pesar para sobre ele se pronunciar."-----

-----"VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MANUEL DONATO DOS SANTOS FERREIRA -----

-----É com profundo pesar que o Executivo Municipal de Porto de Mós lamenta o falecimento de Manuel Donato dos Santos Ferreira. -----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire entre 1983 e 1989 desempenhou funções de Vereador Municipal no mandato de 1976. -----

-----Para além da dedicação à causa pública em órgãos da administração pública local, teve responsabilidade ao nível do Associativismo na freguesia de Mira de Aire, destacando-se a União Recreativa Mirense, da qual foi presidente, tendo mesmo dado o seu nome ao atual estádio da Associação. -----

-----Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

-----a) Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Donato dos Santos Ferreira, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

-----b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, enviando este Voto de Pesar; ----

-----c) Remeter à próxima Assembleia Municipal este Voto de Pesar para sobre ele se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pronunciar." -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra dizendo que se tratam de três pessoas, com relevância na respetiva área, para o concelho de Porto de Mós, sendo que a comunidade ficou mais pobre. Assim a bancada do PSD solidarizasse com os votos de pesar propostos pela Câmara Municipal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, colocou a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Falecimento do Comendador Artur da Silva Meneses - Proposta de Voto de Pesar** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, colocou a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - **Falecimento do Senhor Jorge Manuel Rosa Filipe - Proposta de Voto de Pesar** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Por fim, colocou a votação o ponto 4 da Ordem de Trabalhos - **Falecimento do Senhor Manuel Donato dos Santos Ferreira – Proposta de Voto de Pesar** - tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Foi feito um minuto de silêncio em homenagem aos falecidos.-----

-----**5. 2ª Revisão aos documentos previsionais 2025_2029: (apreciação, discussão e votação)** --

-----O Senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 12 de junho de 2025, e que a seguir se transcreve:-----

-----“No corrente ano económico já foi aprovada uma revisão aos documentos previsionais por parte do órgão competente – Assembleia Municipal, que teve como objetivo base a integração do saldo de gerência do ano de 2024; -----

-----Os documentos previsionais de todas entidades, tem uma perspetiva dinâmica e tem que se ir adaptando ao longo do exercício a um conjunto de variantes de índole interna e externa, que não era possível prever aquando dos documentos iniciais; -----

-----A presente revisão enquadra-se no aludido no parágrafo anterior, sendo que desta revisão sobressai a necessidade de inserir dotações para anos seguintes (2026) de projetos que, tendo em conta o seu cronograma de execução, passam para o ano seguinte e é necessário acautelar essas dotações e tem que se sustentadas numa revisão. -----

-----A revisão ora proposta insere-se nos pressupostos patentes nos parágrafos anteriores e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

duma forma muito resumida passo a descrever, sem no entanto se pretender ser muito exaustivo.----

-----1) Do Plano Plurianual de investimentos: -----

-----ii) Alteração do cronograma financeiro: -----

-----1-“Requalificação do centro de saúde de Porto de Mós”;-----

-----2-“Ligação Rua Adelino Reis dos Santos – Construção de infraestruturas”. -----

-----2) Das atividades mais relevantes: -----

-----i) Novos projetos -----

-----1-“Projeto da bacia Hidrográfica do Lis”. -----

-----Em face do atrás aludido proponho: -----

-----Submeter a presente proposta por parte do órgão executivo à Assembleia Municipal, nos termos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, com remissão para a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.” -----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em funções, colocou a votação o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **2ª Revisão aos documentos previsionais 2025_2029** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. 1ª Alteração ao mapa de pessoal do Município do ano de 2025 (apreciação, discussão e votação);**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 12 de junho de 2025, e que a seguir se transcreve:-----

-----“**1. Considerando que:** -----

-----a) Se vem verificando uma tendência para a manutenção do número de postos de trabalho ocupados previstos no mapa de pessoal e até redução dos mesmos, situação excecionada pela transferência de trabalhadores da área da educação e da saúde para o Município e recrutamento de pessoal para afetar à ação social, no âmbito da transferência de competências, ocorridos no ano de 2022 e 2024; -----

-----b) Os Municípios tem, paulatinamente, vindo a assumir novas atribuições e competências, de que é o exemplo citado em a) mas a que se pode acrescentar outras, muito em breve e que, gradualmente, é observável um acréscimo de situações nas autarquias locais, que obrigam a uma intervenção e resolução rápida e célere, tendo em conta a proximidade com os municípios / população em geral; -----

-----c) A área da educação e ensino envolve um vasto conjunto de profissionais, pois no Município existem muitos estabelecimentos escolares, alguns dos quais dispersos geograficamente pelo território e onde está implementada a chamada “escola a tempo inteiro” que absorve um vasto leque de profissionais pois tem que exercer funções em períodos distintos. Ainda neste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

domínio, é sabido e os dados existentes assim o mostram que nos anos de 2018 a 2024 na aludida área da Educação o Município decresceu em número de trabalhadores, que é contrário ao número de alunos e até de salas de aula e estabelecimento de ensino; -----

-----Ademais, não será despidendo aludir à factualidade do Município ter recebido as competências no domínio da Educação, agora de forma plena, o que obriga a que tenha que gerir os recursos humanos na Escola Secundária de Porto de Mós e de Mira de Aire e a Escola EB 2 Manuel de Oliveira Perpétua e como tal terá que alocar recursos a estes estabelecimentos desde que ocorram necessidades; -----

-----d) Verificou-se ainda a necessidade de ter recursos humanos que possam alavancar e melhorar um conjunto de projetos do Município e outros que até decorrem de imperativos legais; ---

-----e) No que se refere á área operacional de oficinas e serviços externos se verifica que a tendência para a perda de recursos, situação que tem vindo a por em causa a operacionalidade e rentabilidade de alguns serviços /tarefas, pelo que há necessidade de fazer pequenos ajustamentos em alta; -----

-----f) Foram ainda suprimido alguns lugares que ser considerado que não se justifica a sua manutenção o preenchimento dos mesmos; -----

-----g) A Administração Pública deve pautar a sua atuação por critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual, garantindo o cumprimento do princípio da boa administração, previsto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, alterado;-----

-----h) O n.º 5 do artigo 29.º da LTFP prevê a existência de alterações ao mapa de pessoal mesmo que impliquem aumento de postos de trabalho, no entanto, as mesmas carecem de «autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças»;-----

-----i) Na leitura do artigo parcialmente transcrito na alínea anterior, deverá ter-se em conta o âmbito de aplicação da LTFP, nomeadamente, o disposto no n.º 2 do seu artigo 1.º onde é referido que aquela Lei é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração autárquica; -----

-----j) A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado, confere competência à Assembleia Municipal para aprovar, manter ou alterar o mapa de pessoal; -----

-----l) Nesta altura do ano foi feito um trabalho interno exaustivo de levantamento de necessidades de pessoal e apesar de não contemplar todas as situações foram consideradas aquelas que são mais prementes; -----

-----2. Deste modo, tendo em conta as considerações anteriores, e analisadas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessidades mais urgentes, com o objetivo de dotar o mapa de pessoal com os postos de trabalho necessários ao normal funcionamento dos serviços municipais, e dando cumprimento ao princípio da boa administração, proponho a criação dos seguintes postos de trabalho, que também estão suportados em mapa a anexo esta proposta que dela faz parte integrante: -----

-----a) Criação de três lugares de Técnico superior: 1 (engenharia florestal) por tempo determinado e 2 Gestão por tempo indeterminado; -----

-----b) Dois o postos trabalho da carreira de Assistente Técnico (área de recursos humanos), por contrato por tempo determinado; -----

-----c) Nove postos de trabalho da carreira de assistente operacional, sendo 4 por tempo indeterminado para ação educativa e 5 por tempo determinado para diversos serviços, especialmente para a área de manutenção limpeza de edifícios Um posto de trabalho assistente operacional para área de serviços de obras e serviços diversos, por contrato por tempo indeterminado; -----

-----d) Por outro lado, foram suprimidos: 1 lugar de técnico Superior, 1 Assistente Técnico e 1 Assistente Operacional; -----

-----3. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, no que se refere à orçamentação e à gestão de despesas com pessoal, encontram-se previstas as verbas destinadas a suportar os encargos a que se refere o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, designadamente com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal, encargo contemplado na dotação atualmente disponível. ----

-----Em face do atrás aludido **proponho:** -----

-----a) A alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano de 2025, com a criação dos lugares referenciados em 2) a), b) e c); e a supressão dos lugares previstos em 2) d); -----

-----b) Em caso de aprovação desta proposta por parte do órgão executivo, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, e 12 de setembro, e com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ambas na sua atual redação."-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Referindo-se ao documento apresentado, disse que após análise do mesmo, se verifica que a razão essencial desta alteração, tem a ver com as transferências de competências, nomeadamente, na Saúde e na Educação, e nesta, o grande enfoque é no acompanhamento e o bem-estar das crianças. Assim, se a necessidade de mais recursos humanos se coloca, acha muito bem, sempre criando e mantendo critérios de eficiência.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em funções, colocou a votação o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **1ª Alteração ao mapa de pessoal do Município do ano de 2025** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2025 e seguintes (Para conhecimento);** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 12 de junho de 2025, e que a seguir se transcreve:-----

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22 /2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária de 13/12/2024 conceder autorização prévia à Câmara Municipal para o ano 2025, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior. -----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 27 de dezembro de 2024 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para o ano 2025, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

-----Face ao cumprimento das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Porto de Mós para o ano 2025, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos plurianuais assumidos no período de 15-03-2025 a 31-05-2025. -----

Data	Designação	Montante		
		Ano 2025	Anos Seguintes	Total
14-04-2025	Serviço de Manutenção do Serviço Nopaper	5.774,85€	2.887,43€	8.662,28€
29-04-2025	Contratação de seguros de maio de 2025 a dezembro de 2027 – Ramo Acidentes de trabalho	8.421,79€	125.956,31€	134.378,10€
29-04-2025	Contratação de seguros de maio de 2025 a dezembro de 2027 – Outros ramos de seguro	2.496,66€	168.616,80€	171.113,46€
30-04-2025	Contratação de Revisor Oficial de Contas	5.412,00€	2.706,00€	8.118,00€
02-05-2025	Protocolo de cooperação para o projeto Empreendedorismo nas escolas 2024/2026	6.000,00€	6.000,00€	12.000,00€

-----8. Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação); -----

-----O Senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 12 de junho de 2025, e que a seguir se transcreve;-----

-----“Considerando que: -----

-----O direito à habitação é um direito constitucional, consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, sendo a base de uma sociedade estável e coesa, a partir da qual são reunidas as condições de acesso a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego. -----

-----Os municípios desempenham um papel fundamental na promoção da coesão territorial, como um dos objetivos fundamentais da administração do respetivo territorial, diminuindo assim as assimetrias regionais, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e competitivo. O objetivo da coesão territorial consiste, basicamente, em garantir que as populações dispõem dos mecanismos necessários para aproveitar ao máximo as características intrínsecas das áreas onde vivem. -----

-----O Município de Porto de Mós tem como desígnio a captação de jovens e a tornar o concelho de jovens e para jovens, criando condições para os que aí nasceram mas também, de atrair outros que escolham o concelho de Porto de Mós para aí residirem. -----

-----O acesso à habitação representa, nos dias de hoje, um dos principais desafios sentidos pelos jovens, tanto a nível concelhio, como a nível nacional, e que urge desenvolver medidas de incentivos que facilitem a fixação, captação e autonomização dos jovens na aquisição da primeira habitação, contribuindo para a sua emancipação e para o combate das perdas demográficas. ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para o efeito, torna-se indispensável estabelecer critérios e regular os procedimentos inerentes à atribuição de apoios no arrendamento jovem no concelho de Porto de Mós. -----

-----Assim, com o presente regulamento visa-se fixar e atrair jovens para o concelho, promover a dinamização e revitalização dos aglomerados urbanos, permitir aos jovens emancipar-se e ganhar autonomia. -----

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós, por deliberação de 5 de setembro de 2024, deliberou dar início ao procedimento de elaboração do projeto de "Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem de Porto de Mós", nos termos do artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, promovendo a participação procedimental através do Edital referência nº 15464, de 31 de julho de 2024, entre os dias 06 a 20 de setembro de 2024. -----

-----O projeto de "Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem do concelho de Porto de Mós", foi publicado no Diário da República n.º 15 – 2.ª Série, de 22 de janeiro de 2025, por um período de 30 dias para efeitos de consulta pública, no cumprimento do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Nesse período de discussão pública foi recebida uma participação sobre o referido projeto de regulamento, posteriormente, analisada e parcialmente acolhida na atual versão. -----

-----Nestes termos, proponho à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º, n.º 1 da LTFP e artigo 33.º, n.º 1, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a aprovação do projeto de "Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem de Porto de Mós", conforme minuta que junto em anexo, com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal, órgão competente para o efeito, pela competência conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma legal."-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu-se ao estado do arrendamento, nomeadamente no Juncal, dizendo que efetivamente as rendas são muito altas, mas também salientou o facto de os senhorios pagarem impostos muito altos, defendendo que deveria haver um teto para as rendas tendo como contrapartida a descida de impostos para os senhorios.-----

-----**Isa Filipa Ferreira Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que hoje está a ser dado um passo positivo e necessário, com a aprovação, como espera, do Regulamento de Apoio ao Arrendamento Jovem. Trata-se de uma resposta concreta a um dos maiores desafios da sua geração – o acesso à habitação. Salientou a necessidade da adoção de medidas sérias que olham para o futuro dos jovens, como parte integrante das estratégias do desenvolvimento do concelho, sendo este regulamento um bom exemplo disso.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu aos anteriores intervenientes, agradecendo as palavras de Isa Vala. A Joaquim Santiago respondeu que este estava a ver o mundo ao contrário, pois diz que deve haver uma redução de impostos para os senhorios, e não é isto que o seu partido tem feito. Terminando, disse que quando o mandato terminar lhe mostra as contas bancárias do Município e a obra feita, para perceber que os seus impostos, em Porto de Mós, foram muito bem aplicados.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em funções, colocou a votação o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que estava disponível para responder ao que, os deputados municipais entendessem por bem, perguntar-lhe, não obstante querer deixar aqui uma nota sobre o estado dos processos judiciais que se encontram em curso. O Município de Porto de Mós, ganhou recentemente dois processos, que chegaram, um deles ao Supremo Tribunal Administrativo, com a SUMA, que teria um impacto financeiro muito grande, representando, independentemente de eventuais pedidos de indemnização, um ganho, para o Município de 1,8 milhões de euros, ao longo dos dez anos. Foi ganho também o processo instaurado por empresa concorrente da empreitada de requalificação do Rio Lena.-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu que a Câmara, à data de 31 de maio, já tem uma execução de mais, cerca de cinco milhões de euros do que tinha na mesma data, em 2024. O mesmo acontece quando se olha para a execução do Orçamento. Muito mais importante é o nível da receita. Os dezassete milhões de receitas, já demonstram que este Orçamento é um Orçamento claramente possível, e que vai no bom caminho. Houve algumas dúvidas que foram colocadas, aquando da apresentação e aprovação do mesmo, mas pelos valores que aqui estão expressos facilmente se vê que está no bom caminho para a sua execução na totalidade.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Referiu que foi com satisfação que viu no relatório, prevista uma primeira edição da Feira de Doces e Sabores de Porto de Mós, querendo saber onde e quando, e em que consiste. Também viu com agrado a realização do Festival Musica Mós no mês de agosto, perguntando em que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

moldes é que o mesmo se desenvolverá. -----

-----O senhor Presidente respondeu, agradecendo a Nuno Salgueiro a nota que deu. A Olga Silvestre respondeu que a Feira de Doces e Sabores começa amanhã nas Festas de S. Pedro, constituindo uma novidade. Também O Musica Mós é uma novidade que constitui o Festival de música de Porto de Mós, durante o mês de agosto, com jovens talentos do concelho, sendo um projeto em parceria com a Banda Recreativa Portomosense.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro, pediu para intervir, propondo um voto de pesar e um minuto de silêncio em homenagem do Bombeiro Hugo Emanuel do Rosário Silva, falecido recentemente, vítima de doença prolongada. ---

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, depois de ter conferenciado com as líderes de bancada de cada força política presentes nesta Assembleia, disse dirigindo-se ao plenário, que iria pôr a votação, a proposta à Assembleia da votação deste voto de pesar, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

-----Inscreveram-se para intervir, antes da votação do voto de pesar, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, Artur Louceiro, e as líderes das bancadas do PS e do PSD, respetivamente, Rita Cerejo e Olga Silvestre.-----

-----**Artur Louceiro** passou a dizer que não iria votar contra, mas que o Jorge, que todos conheceram, foi uma referência de mais de quarenta anos. O Hugo, que também tem a certeza que honrou a camisola, mas pensa que assim sendo, esta é uma situação que terá que ocorrer ao fim de um ano de serviço, banalizando-se desta forma os votos de louvor. Terminando, disse que irá votar favoravelmente, mas manifestando a sua discordância relativamente à banalização destas situações. -----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que, tal como o senhor Presidente da Assembleia, em exercício, referiu, este é um assunto sensível, e naturalmente que ninguém vota contra um voto de pesar ou a guardar um minuto de silencio, mas não pode deixar de concordar com o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, não só no que se refere ao falecimento de bombeiros, pela função que desempenham e pela sua entrega à comunidade, mas também outras profissões também mais ligadas à comunidade também o merecerão, mas o que é certo que não se fazem votos de pesar relativamente a todos os munícipes que desempenham este tipo de funções. Este voto justifica-se quando a pessoa tem relevância na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunidade, quando tem anos de serviço e com um empenho que fundamenta esta distinção. Terminando, disse que aceita a proposta e votará favoravelmente, mas acha que estas coisas não devem ser banalizadas.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Em referencia, à proposta apresentada, disse que, tanto quanto se lembra, é a primeira vez que está a ser proposto um voto de pesar para um bombeiro, para além daquilo que está na ordem de trabalhos. E se quando isto voltar a acontecer não vê qualquer inconveniente em que se volte a fazer o mesmo, porque ser bombeiro, não é ser um cidadão comum, é um soldado da paz, é uma pessoa que tem uma missão humanitária, em defesa da vida de todos os seus concidadãos. Só por ser bombeiro, merece o voto de pesar, e daí a sua divergência que o que foi dito aqui pelos seus pares.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usou da palavra dizendo que o Hugo Silva não foi bombeiro um ano. Foi bombeiro durante cerca de trinta anos e tendo em conta aquilo que os próprios colegas dizem dele enquanto amigo, colega e bombeiro ao serviço da comunidade, é mais que merecido este voto de pesar.-----

-----**Artur Louceiro**, usou da palavra mais uma vez para dizer a Júlio Vieira que a documentação referente a esta Assembleia foi enviada há mais de uma semana, e que se o senhor deputado achou que faltava alguma coisa referente ao bombeiro Hugo, devia ter feito, nessa altura, uma chamada de atenção.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente voto de pesar posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, guardando-se de seguida, um minuto de silêncio-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 8, da Ordem de Trabalhos**, que passou a ler. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 20.15 horas do dia 27 de junho de 2025, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo. -----
